

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre a Avaliação do PNDH-3 – 04/08/2025 – Gerado por IA

A seguir, apresentamos um resumo das **115 participações dos cidadãos**, registradas na audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em 4 de agosto de 2025. O objetivo é oferecer aos Senadores uma visão geral e organizada das percepções do público sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 115

Temas Principais:

- 1. Efetividade e Atualidade do PNDH-3 (35%):** A principal preocupação dos cidadãos é se o PNDH-3, após mais de 15 anos de sua criação, ainda é um instrumento eficaz e relevante para a realidade brasileira. Muitos questionam se o plano se tornou obsoleto ou insuficiente para responder às demandas atuais da sociedade, como o aumento da desigualdade, da violência e das novas configurações sociais. A dúvida central é se o programa continua sendo uma ferramenta válida ou se precisa de uma revisão profunda para se alinhar aos desafios contemporâneos.

Exemplo: "O PNDH-3 ainda é efetivo diante dos atuais desafios dos direitos humanos no Brasil?" (Ana C., RS)

2. **Monitoramento, Implementação e Governança (22%):** Os participantes demonstram grande preocupação com a falta de implementação prática e de fiscalização das diretrizes do PNDH-3. As perguntas abordam a ausência de mecanismos de governança, de indicadores de desempenho (KPIs) e de transparência sobre os resultados alcançados. Há um sentimento de que o plano existe no papel, mas falha em sua execução, levantando questões sobre como garantir a cobrança efetiva de seu cumprimento por parte de gestores públicos, do Ministério Público e da sociedade civil.

Exemplo: "Quais mecanismos de monitoramento e revisão têm sido ou poderiam ser efetivamente implementados para garantir que o PNDH-3 se mantenha vivo?" (Tamires S., BA)

3. **Novos Desafios: Direitos Digitais, Meio Ambiente e Polarização (15%):** Um número significativo de comentários aponta para a necessidade de o PNDH-3 incorporar desafios que se intensificaram desde 2009. Os temas mais citados foram os direitos no ambiente digital (como o combate à desinformação e às fake news), a justiça climática (proteção de povos tradicionais frente ao avanço do agronegócio e da mineração) e os efeitos da polarização política, como os discursos de ódio e a intolerância.

Exemplo: "É fundamental incluir dispositivos na PNDH-3 em relação a questões digitais em complementariedade à LGPD." (Victor C., RJ)

4. **Direitos de Grupos Específicos e Vulneráveis (12%):** Os cidadãos destacam a necessidade de o PNDH-3 garantir e proteger os direitos de grupos específicos. As manifestações mencionam a proteção de povos indígenas, populações LGBTQIA+, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, migrantes e a população carcerária. As perguntas buscam

entender como o programa assegura a inclusão e a participação social dessas minorias e como combate as violações sistemáticas que elas sofrem.

Exemplo: *"Como é assegurada a participação social e a inclusão de minorias no processo de revisão e atualização do PNDH-3?" (Doralice D, GO)*

5. Críticas ao Conceito e à Aplicação dos Direitos Humanos (8%):

Uma parcela dos participantes expressou ceticismo e críticas diretas à concepção de direitos humanos promovida pelo PNDH-3. Esses comentários questionam a quem os direitos humanos se aplicam, sugerindo que o programa, por vezes, protege infratores da lei em detrimento das vítimas e do “cidadão de bem”. Há uma percepção de que a pauta é distante da realidade da maioria da população ou que defende pautas ideológicas específicas.

Exemplo: *"Quando passaremos a discutir pautas de direitos humanos para humanos direitos e não para benefício de infratores?" (Roberto P, SC)*

6. Propostas para o Fortalecimento do PNDH-3 (8%): Além de críticas e questionamentos, os cidadãos apresentaram propostas concretas para fortalecer o programa. As sugestões incluem transformar o PNDH-3 em lei, para garantir sua continuidade e obrigatoriedade; criar um fundo federal para financiar ações de direitos humanos; estabelecer ouvidorias independentes; e capacitar gestores públicos, a fim de traduzir as diretrizes do plano em políticas públicas eficazes e mensuráveis.

Exemplo: *"Transformar o PNDH-3 em lei com obrigações para gestores públicos. Criar metas claras e mensuráveis para cada eixo do PNDH-3." (Marcondi D, RN).*

A análise das participações dos cidadãos revela uma visão complexa e multifacetada sobre o PNDH-3. De um lado, há uma forte preocupação com a efetividade e a atualidade do programa, com críticas contundentes à sua falta de implementação e monitoramento. Os cidadãos clamam pela inclusão de desafios contemporâneos, como direitos digitais e a crise climática, e pela proteção de grupos vulneráveis. De outro lado, emerge um posicionamento cético que questiona a própria aplicação dos direitos humanos, apontando um suposto distanciamento das pautas em relação ao cidadão comum. Em meio às críticas, surgem também propostas construtivas para fortalecer o plano, indicando um engajamento cívico que, apesar das divergências, busca aprimorar as políticas de Estado.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34824>.